



**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** XVII Jornada de Pesquisa

## **A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS NACIONAIS SOBRE AS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS NO ÂMBITO DO MERCOSUL E SEUS IMPACTOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL<sup>1</sup>**

**Jaqueline Primo Nogueira de Sá<sup>2</sup>, Argemiro Luís Brum<sup>3</sup>.**

<sup>1</sup> Projeto de Pesquisa de Dissertação do Mestrado em Desenvolvimento da Unijui.

<sup>2</sup> Mestranda junto ao Curso de Gestão de Organizações e Desenvolvimento do Mestrado em Desenvolvimento da UNIJUI; Bolsista da CAPES, E-mail: jaquensa@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutor em Economia Internacional pela EHESS de Paris (França). Professor da UNIJUI. E-mail: argelbrum@unijui.edu.br

**Resumo:** O presente ensaio teórico, elaborado a partir do projeto de dissertação, trata das interferências das políticas nacionais, particularmente as políticas industriais e comerciais do Brasil e da Argentina, sobre as negociações internacionais de ambos países no âmbito do bloco econômico MERCOSUL. Para que os acordos internacionais atinjam os objetivos traçados nos seus tratados formadores e promovam o desenvolvimento econômico de uma região, as políticas nacionais devem ser coordenadas com as diretrizes internacionais do bloco, e não divergentes. Em vista disso, pretende-se analisar de que forma as políticas industriais do Brasil e da Argentina são conflitantes com as diretrizes do MERCOSUL para o setor industrial, bem como as consequências que isso gera para o segmento da indústria metal-mecânica do Noroeste do Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, para o desenvolvimento socioeconômico dessa região.

**Palavras-chave:** Relações Internacionais. MERCOSUL. Desenvolvimento Regional.

### **Introdução**

Com o aumento da globalização verifica-se uma tendência à regionalização, podendo a mesma ser representada pela formação de blocos econômicos. A união de países em blocos e a formulação de políticas gerais intra-bloco a serem seguidas pelos países membros visa, dentre outros fatores, o desenvolvimento dos países envolvidos. É por meio dos blocos econômicos que os países membros buscam negociações internacionais mais equitativas, que garantam a sua permanência e o seu desenvolvimento num mundo mais competitivo.

As relações entre Brasil e Argentina, no âmbito do MERCOSUL, visam, dentre outros fatores, o aumento do poder de negociação com outros blocos regionais e o fortalecimento de suas economias internas. Porém, sabe-se que os países signatários do bloco, em especial o Brasil e a Argentina, muitas vezes desrespeitam as diretrizes estabelecidas intra-bloco. No caso desses dois países, a comercialização entre ambos é travada no contexto de diversas barreiras – tarifárias e não tarifárias –, estando longe de se praticar o livre-comércio preconizado.





**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** XVII Jornada de Pesquisa

As políticas nacionais, tanto industriais como comerciais, exercem influência significativa sobre as negociações no âmbito internacional. Algumas vezes, essas políticas são conflitantes com as diretrizes, acordos e normas internacionais. Então, para que o crescimento e o desenvolvimento econômico de um país sejam alcançados é necessário que as políticas internacionais contemplem os interesses nacionais. Políticas incompatíveis com tais interesses, mesmo num cenário de negociações multilaterais, podem gerar conflitos comerciais entre as partes e inviabilizar a consolidação e razão do bloco econômico.

Diante disso, justifica-se um estudo mais aprofundado sobre as negociações internacionais entre o Brasil e a Argentina no contexto do bloco econômico MERCOSUL, buscando identificar as interferências das políticas nacionais sobre tais negociações e os reflexos no desenvolvimento regional. Por ser esse ensaio resultado parcial das pesquisas que os autores estão realizando no contexto do mestrado em Desenvolvimento da Unijuí, o mesmo não é, portanto, conclusivo. O estudo leva em conta a influência das políticas industriais dos dois principais parceiros no MERCOSUL sobre a construção de uma política comum, com ênfase nos reflexos desta realidade a partir da análise do setor industrial metal-mecânico do Noroeste do Rio Grande do Sul (RS).

## Metodologia

A pesquisa proposta, segundo sua natureza, é uma pesquisa aplicada básica, pois procurar-se-á entender o impacto das políticas nacionais para o sucesso e/ou fracasso das negociações internacionais a nível do MERCOSUL. Com isso, pretende-se identificar pontos conflitantes entre políticas nacionais e os acordos internacionais. Trata-se de uma pesquisa descritiva e explicativa, tendo como método de pesquisa o fenomenológico, com abordagem de investigação do tipo quanti-quali.

A coleta de dados dar-se-á através do manuseio de sites oficiais e diversos textos sobre o tema em questão, como também por meio da observação, implementação de questionário e entrevista focalizada, constituindo-se, portanto, em dados primários e secundários. Assim, os procedimentos técnicos a serem adotados serão tanto a pesquisa bibliográfica e documental como a pesquisa de campo – análise de indústrias do segmento metal-mecânico localizadas no Noroeste do Rio Grande do Sul que comercializam com a Argentina.

O objeto de estudo será as negociações internacionais, no âmbito do MERCOSUL, entre Brasil e Argentina, tendo como foco o setor industrial metal-mecânico do Noroeste do Rio Grande do Sul. O critério adotado para a seleção desses dois países é o forte papel que ambos exercem dentro desse Bloco Econômico por serem os países que apresentam maior expressão tanto econômica, como política e territorial. O Brasil apresentou um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$2.172 trilhões, ao passo que o da Argentina foi de US\$596 bilhões (estimativas 2010, CIA, 2012). Em relação a população, constatam que o Brasil possui 203 bilhões de habitantes e o país vizinho 42 bilhões (estimativas 2011, CIA, 2012).





**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** XVII Jornada de Pesquisa

Em relação ao segmento metal-mecânico, considerou-se as atividades diretamente vinculadas ao setor de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) disponibilizada pelo IBGE (2012). Esse segmento possui grande importância tanto a nível regional quanto nacional, sendo composto por um grande número de estabelecimentos de porte significativo. O setor representou 17,8% e 22,8% dos produtos exportados pelo RS e pelo Brasil, respectivamente, conforme dados para o período de janeiro a outubro de 2011 do MDIC (2012).

Portanto, os sujeitos da pesquisa serão essencialmente os países membros do bloco com maior importância e poder – Brasil e Argentina – e os representantes de indústrias do setor metal-mecânico do Noroeste do RS. A consideração dessa região para o estudo é que a mesma faz fronteira com a Argentina, detém a maior área territorial do Estado gaúcho (23%) e, atrás apenas da região metropolitana de Porto Alegre, apresenta maior índice populacional (18%) (FEE, 2012).

## Resultados e Discussão

Atualmente, evidenciam-se uma série de transformações decorrentes dos processos de globalização e regionalização. Esse fenômeno é de difícil conceituação, pois envolve diversos segmentos das relações sociais, impactando diversas áreas. Do ponto de vista econômico, globalização é a movimentação dos bens e serviços através das barreiras regionais, nacionais e/ou internacionais. Envolve o comércio internacional, onde as trocas unem os mercados.

Com esses processos em andamento, um novo cenário mundial é definido, com uma nova geopolítica e novos centros hegemônicos. A abertura econômica possibilita o crescimento de nações que cresceriam muito menos caso não houvesse a abertura de suas economias. Ao impulsionarem o crescimento econômico, o aumento das exportações leva ao desenvolvimento da nação; ao aumento na expectativa e no padrão de vida da população; ao maior acesso ao conhecimento e à informação; a introdução de novas tecnologias; o acesso a novos mercados; uma maior interconexão das economias; entre outros (STIGLITZ, 2002).

O enfraquecimento do poder dos Estados devido o surgimento de outros atores internacionais com personalidade jurídica é uma das consequências do processo globalizante. Há a subordinação das políticas nacionais a condicionantes externos, ocasionando perda do poder dos governos para exercer sua política monetária e fiscal (HIRST, 1998). Da mesma forma, as empresas transnacionais e os mercados financeiros internacionais também afetam as decisões políticas, pois as atividades econômicas não mais correspondem ao território nação, e sim ao nível global e transnacional.

Num primeiro momento, a globalização e a regionalização podem parecer processos antagônicos. No entanto, a regionalização elimina as barreiras existentes entre países ao formar blocos, pelo menos entre os países membros (SOUZA, 2004). Na ótica econômica, a regionalização pode ser definida como





**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** XVII Jornada de Pesquisa

“[...] o conjunto de medidas tomadas pelo Estado para aumentar, ou diminuir, os obstáculos às trocas, aos investimentos, aos fluxos de capitais e aos movimentos de fatores entre os grupos de países envolvidos” (MORE, 2006, p.5). Apesar das aparentes diferenças entre a globalização e a regionalização, esses processos são convergentes e compatíveis, se complementam e, muitas vezes, se reforçam. De acordo com More (2006), a regionalização seria uma resposta macroeconômica do Estado aos problemas microeconômicos dos mercados – a globalização.

É através dos processos de integração econômica que as barreiras são reduzidas ou até mesmo eliminadas entre os países participantes. A abertura econômica é um fator determinante para esse movimento. De acordo com Gordon (2000, p. 175), “a teoria da integração econômica se refere à política comercial de reduzir ou eliminar as barreiras comerciais, de forma discriminatória, somente entre as nações interligadas”. Os países em desenvolvimento viram nos processos de integração econômica uma alternativa para aumentar sua taxa de desenvolvimento econômico. Porém, há vários entraves para o sucesso desses processos nas economias periféricas.

Apesar do objetivo maior da integração ser a promoção do desenvolvimento econômico e social para os países envolvidos, nos dias de hoje, com a intensificação dos processos de globalização, “a visão predominante [...] busca uma integração com enfoque liberal, sem o uso de políticas de desenvolvimento” (DATHEIN, 2005, p. 03). Esse é um dos motivos do baixo desempenho desses processos nessas economias. Para que os benefícios gerados sejam auferidos, as políticas dos países membros de uma integração regional devem englobar políticas de desenvolvimento e não apenas puramente de caráter comercial. As mesmas devem ser compatíveis entre os Estados, produzindo-se políticas de desenvolvimento de caráter regional. “[...] a adoção de estratégias de desenvolvimento acordadas facilitaria muito a coordenação de variáveis e políticas macroeconômicas, permitindo um melhor resultado do processo de integração” (DATHEIN, 2005, p. 06).

Na década de 1980, tomaram impulso em todo o mundo políticas de abertura econômica e expandiram-se as tentativas de integração. A América Latina teve diversos estímulos para a implementação de acordos regionais. Além dos exemplos de integração de outras regiões; a recuperação do nível de atividade econômica; a retomada dos regimes democráticos; o início de negociações multilaterais na Rodada Uruguai; também são outros fatores que contribuíram para a intensificação dos esforços de aproximação e integração.

Nos anos 1990, no Brasil, iniciou-se e intensificou-se a abertura e a liberalização econômica, motivadas pela desregulamentação dos mercados internacionais e pelo esgotamento do modelo de substituição de importações (REGO; MARQUES, 2003). O MERCOSUL foi criado oficialmente através do Tratado de Assunção assinado entre o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai em 1991. Em 1994 foi reafirmado através do Protocolo de Ouro Preto, que estabeleceu a estrutura institucional do bloco e reconheceu a sua personalidade jurídica de direito internacional. O período entre a criação e a ratificação do acordo foi destinado à coordenação das políticas macroeconômicas dos países





**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** XVII Jornada de Pesquisa

membros, a implantação da TEC e a adoção de acordos setoriais (DATHEIN, 2005). Essa integração “[...] constitui condição fundamental para acelerar [...] [os] processos de desenvolvimento econômico com justiça social [dos países membros], e os signatários reafirmam sua ‘vontade política’ de promover o desenvolvimento através da integração regional (CORAZZA; HERRERA, 2004, p. 09).

A partir de janeiro de 1995, o MERCOSUL tornou-se o melhor exemplo de uma União Aduaneira, exigindo que as políticas econômicas nacionais fossem previsíveis e não prejudiciais aos demais países membros, e as políticas comerciais mais coordenadas e menos discricionárias. Porém, as restrições dentro do bloco através das chamadas cláusulas de exceções geram algumas dificuldades para a concretização do acordo. Ademais, há àquelas dificuldades causadas pelas desigualdades sociais, setoriais e regionais intra-bloco. Cabe à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), além dos governos, coordenar as políticas industriais brasileiras com as políticas do comércio exterior. Ambas devem andar em consonância para que o desenvolvimento econômico seja atingido através dos processos de integração (ABDI, 2011).

## Conclusões

É através da formação de blocos econômicos, característica dos processos de regionalização, que as economias visam reduzir os males gerados pela globalização. Dentro de um bloco econômico as políticas adotadas pelas nações integrantes deveriam ser tomadas não de forma isolada, mas sim considerando a necessidade do bloco como um todo para que haja a sua consolidação e o desenvolvimento conjunto das nações.

Como já destacado, por se tratar de um projeto em andamento ainda não há conclusões assertivas que possam ser comprovadas com base em dados primários e secundários acerca do impacto das políticas industriais individuais dos países Brasil e Argentina no contexto das suas negociações dentro do MERCOSUL. Da mesma forma, não há resultados sobre os reflexos disso na indústria metal-mecânica regional em estudo e, conseqüentemente, no desenvolvimento da região Noroeste do Estado do RS como um todo.

Apesar disso, é possível fazer conclusões preliminares sobre a situação de empresas desse segmento no Noroeste do Estado gaúcho. As mesmas, através de relatos informais, expressam suas dificuldades para a comercialização com o país vizinho. Além dos excessos de burocracia enfrentados, há uma elevada carga tributária e políticas nacionais que inviabilizam, de certa forma, o negócio, descaracterizando o bloco formado entre ambos os países. O comércio é dificultado ao invés de ser facilitado e estimulado, não promovendo o desenvolvimento esperado das nações envolvidas, como preconizam as diretrizes do MERCOSUL.

O estudo pretende concluir como isso repercute sobre o crescimento e desenvolvimento regional. Porém, apesar dos processos de integração serem alternativas utilizadas pelos governos, os mesmos





**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** XVII Jornada de Pesquisa

sozinhos não conseguem proporcionar tal desenvolvimento. Transformações políticas, econômicas e sociais devem ocorrer concomitantemente com os processos de integração econômica, devendo as políticas implementadas pelos países serem coerentes com as estratégias de integração para que os ganhos sejam desfrutados por todos.

### Agradecimentos

Para a realização e posterior divulgação do presente ensaio agradeço, primeiramente, a oportunidade conferida por essa universidade – UNIJUI – através da realização desse Salão do Conhecimento. Posteriormente, agradeço a CAPES pela concessão de bolsa acadêmica para a realização do Mestrado em Desenvolvimento, sem a qual não teria a oportunidade de cursar o referido mestrado. Por fim, agradeço ao co-autor, Argemiro Luís Brum, meu professor orientador, pelo apoio e colaboração.

### Referências

- ABDI. Boletim conjuntura industrial. Set. 2011. Disponível em: [www.abdi.com.br](http://www.abdi.com.br). Acesso em: 01/2012.
- CIA. The world factbook. Disponível em: [www.cia.gov](http://www.cia.gov). Acesso em: 09/02/2012.
- CORAZZA, Gentil; HERRERA, Rémy. O "regionalismo aberto" da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. Texto para Discussão, n. 14. Porto Alegre: UFRGS, nov. 2004.
- DATHEIN, Ricardo. A integração latino-americana sob a perspectiva do desenvolvimento econômico. Texto para Discussão, n. 17. Porto Alegre: UFRGS, dez. 2005.
- FEE. Centro de Informações Estatísticas. Disponível em: [www.fee.tche.br/sitefee/](http://www.fee.tche.br/sitefee/). Acesso em: 08/02/2012.
- GORDON, Robert J. Macroeconomia. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. 422 p.
- HIRST, Paul. Globalização, mito ou realidade? In: FIORI, Jose Luís (org.). Globalização: o fato e o mito. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.
- IBGE. Economia. Estrutura Detalhada da CNAE 2.0. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 03/02/2012.
- MDIC. Comércio Exterior. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/>. Acesso em: 03/02/2012.
- MORE, Rodrigo Fernandes. Integração econômica internacional. Jus Navigandi, Doutrina. Disponível em: [www.jus2.uol.com.br](http://www.jus2.uol.com.br). Acesso em: 30/03/2006.
- REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). Economia brasileira. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- SOUZA, Nali de Jesus. Globalização, crescimento e pobreza: a visão do Banco Mundial sobre os efeitos da globalização. Revista Análise Econômica, set. 2004.
- STIGLITZ, Joseph E. A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais. São Paulo: Futura, 2002.